



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS MEDEIROS CAVALCANTE LEITE

**O USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM PROCESSOS DE
AUDITORIA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2018**

LUCAS MEDEIROS CAVALCANTE LEITE

**O USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM PROCESSOS DE
AUDITORIA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a) Prof Dr. Rommel de Santana Freire

**JOÃO PESSOA
2018**

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

L533u Leite, Lucas Medeiros Cavalcante.

O USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM
PROCESSOS DE AUDITORIA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DA PARAÍBA / Lucas Medeiros Cavalcante Leite. - João
Pessoa, 2018.

44 f. : il.

Orientação: Rommel de Santana Freire.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Sistema de Informações Gerenciais. 2. Auditoria. 3.
Tribunal de Contas. 4. Sistema de Informação ao
Cidadão. 5. SAGRES. I. Freire, Rommel de Santana. II.
Título.

UFPB/BC

O USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM PROCESSOS
AUDITORIA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Rommel de Freire Santana (Orientador)

Instituição: UFPB

Thamirys de Sousa Correia

Membro: Prof^a Ma. Thamirys de Sousa Correia

Instituição: UFPB

Membro: Prof Dr. Aldo Leonardo Cunha Callado

Instituição: UFPB

João Pessoa, 24 de Outubro de 2018.

*Dedico este Trabalho aos meus pais,
Aristides e Cláudia, por toda motivação e
incentivo para continuar nessa longa jornada
em minha vida*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e forças para enfrentar essa fase em minha vida.

Agradeço ao Professor Doutor Rommel de Santana Freire, meu orientador por todo apoio dado na confecção do trabalho, pelas ideias discutidas e pelas palavras de sabedoria.

Agradeço aos meus pais, Aristides Medeiros Leite e Cláudia Celeide Cavalcante Leite, pelo dom da vida, por todo auxílio para uma educação de qualidade e por me ensinarem valores a serem seguidos.

Agradeço a minha noiva Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros, por todo o amor da nossa união, pela compreensão nos momentos de estresse e por todo apoio dado nessa fase da minha vida.

Agradeço a Levi Moisés Pessoa, Auditor de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por seus ensinamentos, pela ajuda com o tema de minha monografia e pela troca de ideias em momentos de apreensão.

Agradeço a Alex Carneiro, Jonatha Williams, Rodrigo José e Victor Cantalício, meus verdadeiros amigos de curso, futuros companheiros de profissão, e acima de tudo, uma família para a vida.

“Nós vivemos numa era em que o ritmo da mudança tecnológica está a pulsar cada vez mais rápido, provocando ondas que se espalham para fora, atingindo todas as indústrias. Este aumento da taxa de mudança terá um impacto em ti, não importa o que faças na vida”.

ANDREW GROVE

RESUMO

No mundo moderno, a utilização de Sistemas de Informações Gerenciais gera uma vantagem operacional, no tocante a velocidade e a qualidade com que as informações são transmitidas, e com órgãos públicos, como o Tribunal de Contas, não seria diferente. O trabalho visou responder como o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba utiliza os Sistemas de Informações Gerenciais em seus processos de auditoria de contas públicas em municípios paraibanos. O trabalho teve como objetivo geral de descrever a utilização de sistemas de informações gerenciais em processos de auditoria no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e como objetivos específicos de identificar as características dos sistemas de informações gerenciais utilizados pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, compreender como os sistemas de informações gerenciais utilizados no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba apoiam o processo de tomada de decisão na entidade e compreender como os Sistema de Informações utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba viabilizam o controle social. Foi realizado um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica através de Artigos, Normas, Resoluções, Cartilhas e caráter explicativo com auxílio do Sistema de Informação ao Cidadão. Como resultado, foi possível trabalhar com ferramentas como o SAGRES e os Painéis de Acompanhamento, ambas ferramentas utilizadas nos processos de auditoria, explicando suas características e sua utilização pelos Auditores do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. A monografia permitiu verificar a importância dos Sistemas de Informações Gerenciais como ferramentas indispensáveis se caracterizando como um instrumento de vantagem para o processo de auditoria. O trabalho ainda permitiu um conhecimento mais abrangente do tema, uma vez que não se encontrou na literatura um trabalho que abrangesse o uso dos Sistemas de Informações Gerenciais nas auditorias dos Tribunais de Contas dos Estados ou do próprio Tribunal de Contas da União.

Palavras-chave: Sistema de Informações Gerenciais, Auditoria, Tribunal de Contas, Sistema de Informação ao Cidadão, SAGRES.

ABSTRACT

In the modern world, the use of Management Information Systems generates an operational advantage in terms of speed and quality which the information is transmitted, and with public bodies, such as the Court of Accounts, wouldn't be different. This work aimed to answer how the Court of Accounts of the State of Paraíba uses the Information Systems Management in its processes of auditing public accounts in municipalities in Paraíba. The objective of this study was to describe the use of management information systems in audit processes in the State of Paraíba Court of Auditors, and as specific objectives to identify the characteristics of the management information systems used by auditors of the Court of Accounts of the State of Paraíba, to understand how the management information systems used in the Court of Accounts of the State of Paraíba support the process of decision making in the entity and understand how the Information System used by the Court of Audit of the State of Paraíba enable social control. A case study was carried out, with bibliographical research through Articles, Norms, Resolutions, Charts and with an explanatory character with the help of the Citizen Information System. As a result, it was possible to approach tools such as the SAGRES and the Monitoring Panels, both tools used in the audit processes, explaining their characteristics and their use by the Auditors of the Court of Audit of the State of Paraíba. The monograph allowed to verify the importance of the Management Information Systems as indispensable tools, characterizing as an instrument of advantage for the audit process. The work also allowed a more comprehensive knowledge of the topic, since wasn't found a work in the literature that covered the use of Management Information Systems in the audits of the Audit Courts of the States or of the Court of Auditors of the Union itself.

Keywords: Management Information System, Audit, Court of Auditors, Citizen Information System, SAGRES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fluxo do Sistema de Informações Gerenciais	27
Figura 2: Dados coletados pelo SAGRES Captura acerca dos Servidores	29
Figura 3: Dados coletados pelo SAGRES Captura acerca da Folha de Pagamento	30
Figura 4: Despesa Orçamentária de João Pessoa pelo SAGRES	31
Figura 5: Elemento de Despesa de João Pessoa do período de Julho/2018	32
Figura 6: Painéis de Acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	33
Figura 7: Painéis de Acompanhamento detalhando as mutações durante os períodos	34

LISTA DE ABREVIATURAS

DEA – Departamento Especial de Auditoria

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAI – Lei de Acesso à Informação

Nf-e – Notas Fiscais Eletrônicas PCA – Prestação de Contas Anual

SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade

SIC – Sistema de Informações ao Cidadão

SIG – Sistema de Informações Gerenciais

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCE/PB – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TCM – Tribunal de Contas do Município

TCU – Tribunal de Contas da União

TRAMITA - Sistema de Transmissão de Processos e Documentos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Tema e Problema de Pesquisa	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Justificativa	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Administração Pública	16
2.2 Modelo de Administração Gerencial em Órgãos Públicos	16
2.3 Auditoria aplicada ao Setor Público	17
2.4 Sistemas de Informações Gerenciais (SIG)	19
2.5 O SIG utilizado no processo de Auditoria do TCE/PB	22
2.5.1 Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade (SAGRES)	22
3 METODOLOGIA	25
3.1 Tipologia de Pesquisa	25
3.2 Procedimentos Metodológicos	25
3.3 Delimitação do estudo	26
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO	27
5. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXO I – Resposta do Sistema de Informação ao Cidadão - SIC	42

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, vem ocorrendo uma renovação nos modelos gerenciais, provocada pela demanda crescente de informatização em ambientes, tanto domésticos quanto empresariais. Esse aumento na informatização é caracterizado pelo alto volume de informações disponíveis e o seu acesso facilitado entre os usuários dessas informações. É a área da informática que trata desse acesso a informação, de forma a possibilitar ao gestor as melhores opções para a tomada de decisão, em prol de algum objetivo.

A velocidade na qual essa informação é passada aos gestores, cada vez mais veloz, se configura como uma vantagem para as organizações, agilizando os processos nas demais áreas de gestão das organizações, mas, para isso, precisam de um Sistema de tecnologia capaz de possibilitar esse aumento de eficiência.

Os campos dedicados ao uso da tecnologia para gerenciar e processar os dados, transformando os mesmos em informação útil são chamadas de Tecnologia da Informação (TI). As Organizações dos negócios de empresas dependem da aplicação de tal tecnologia, para coletar dados corretamente, transformá-los em informações úteis e analisa-los para que possam ter posicionamentos melhores para a tomada de decisão, possibilitando uma maior eficiência organizacional. A área de TI é responsável por atividades que incluem a captação e introdução de dados, processamento dos dados para formar informação e a produção de relatórios. Para tal processo, a informatização permitiu que esse processo fosse realizado de maneira mais rápida e com menor possibilidade de erros não serem identificados.

A área de TI utiliza de sistemas para que esse processo possa ocorrer, chamado de Sistemas de Informações, sendo esses sistemas responsáveis pelo desenvolvimento de software e gestão em sistemas, com foco na integração de sistemas computadorizados que acompanhem os objetivos da organização. Os Sistemas de Informação envolvem hardware, software, pessoas, sistemas de comunicação e os dados propriamente ditos.

O modelo Sistema de Informação específico a ser trabalhado nessa monografia são os Sistemas de Informações Gerenciais (SIG), que são caracterizados pela descentralização, por delegar autoridade e dar autonomia aos trabalhadores, por implicar poucos níveis hierárquicos e por exercer o controle a posteriori com foco em resultados. (FARO, 2010). O SIG proporcionaria maior agilidade e flexibilidade no

atendimento das necessidades do cidadão-cliente, partindo-se do pressuposto de que as organizações do setor público devem seguir padrões de eficiência do setor privado (REZENDE, 2005).

Os SIG também são utilizados no auxílio no processo de auditoria. O processo de auditoria, além de importante, tem se tornado necessária. Sua função tem passado por significativos avanços em seus objetivos e posturas. E mesmo a auditoria interna sendo conhecida como um movimento do setor privado, esse posicionamento influencia de maneira positiva a função de auditoria no setor público. Normalmente, os poderes públicos não gostam de ser fiscalizados, e este é um dos maiores problemas enfrentados na auditoria no setor público, porém, a auditoria interna no setor público é uma ferramenta de controle social.

Os SIG têm papel fundamental no processo de auditoria que é realizado pelos Tribunais de Contas. Os tribunais de contas são órgãos públicos, independentes e autônomos, que fiscalizam as contas dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Podendo atuar em âmbito federal, no caso do Tribunal de Contas da União (TCU), estadual, por vez o Tribunal de Contas do Estado (TCE), no caso de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, existe o Tribunal de Contas do Município (TCM), e nos estados da Bahia, Goiás e Pará, existem os Tribunais de Contas do Município do Estado (TCM).

Os Tribunais de Contas são associados ao poder legislativo e, segundo o artigo 71 da Constituição Federal, os Tribunais de Contas exercem função de julgamento das contas dos administradores públicos por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluindo também as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público. Também são incluídas nesse julgamento do Tribunal de Contas as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade, as quais resultam em prejuízo para o erário público.

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Nosso objeto de estudo foca nos Sistemas de Informações Gerenciais que são utilizados no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

De acordo com Baltzan e Phillips (2012), a definição dos sistemas de informações gerenciais é uma ferramenta de negócio, assim como o marketing, as finanças, as operações e a gestão de recursos humanos. Ainda segundo Baltzan e

Phillips (2012), Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) é um nome dado para funções do negócio que abrangem a aplicação de pessoas, tecnologias e procedimentos utilizados para resolver problemas relacionados aos negócios.

De tal forma, esse trabalho visa responder a seguinte problemática: como o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba utiliza os Sistemas de Informações Gerenciais em seus processos de auditoria de contas públicas em municípios paraibanos?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Descrever a utilização de sistemas de informações gerenciais em processos de auditoria no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais são as ferramentas auxiliares da auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.
- Compreender como os sistemas de informações gerenciais utilizados no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba apoiam o processo de tomada de decisão na entidade
- Compreender como os Sistema de Informações utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba viabilizam o controle social.

1.3 Justificativa

O presente trabalho justifica-se pela mudança em grande escala dos procedimentos a serem utilizados no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, pois o atual momento é de transição, sendo iniciado com o processo de implementação de um Sistema de Informações Gerenciais intitulado Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade (SAGRES), tendo como objetivo auxiliar a Auditoria na análise das Prestações de Contas encaminhadas pelas administrações

públicas do estado da Paraíba, passando a ser utilizado para poder auxiliar o trabalho de Auditoria

Outro fator é a crescente no que diz respeito ao Sistema de Informações Gerenciais, sendo de extrema importância para a Contabilidade e o processo de Auditoria, visto ser uma ferramenta de apoio na gestão, facilitando a transição de informações entre diferentes áreas do negócio das Entidades, sendo indispensável ao gestor para que o processo de tomada de decisões ocorra de maneira mais eficaz.

Além disso, o diferencial deste trabalho se dá pelo enfoque nos SIG, utilizados na auditoria pelo TCE/PB, ao contrário de outros trabalhos da área, que tem o foco maior na gestão administrativa que tange os Tribunais de Contas, tanto da União quanto dos Estados e Municípios, e não focam nos processos gerenciais de auditoria.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Administração Pública

A administração Pública direta é representada por uma organização político-constitucional, sendo composta pelo conjunto de órgãos das três esferas do governo: união, estados e municípios, divididos entre os três poderes: legislativo, executivo e judiciário. Os fundamentos básicos de tais organizações são estabelecidos pela Constituição Federativa, pelas constituições estaduais e nas leis pertencentes aos municípios (LIMA; DINIZ, 2016).

Os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta que compõem o governo tem, como função primordial de satisfazer as necessidades e economia da população, a partir disso serem capazes de fornecer bens e serviços públicos, a um nível básico que seja satisfatório de qualidade nas diversas funções desse governo, entre elas: saúde, educação, assistência social, segurança, dentre outras (LIMA; DINIZ, 2016).

A análise financeira feita pelo governo, sendo ele estadual ou mesmo municipal, abrangem um conjunto de dados de natureza econômica, social e demográfica, sendo produzidos pelo ambiente externo da esfera de governo sob efeito de análise, como também essa análise é composta por um conjunto de dados contábeis consolidados, produzidos internamente por todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (LIMA; DINIZ, 2016)

Para tais análises financeiras das contas dos governos, tornou-se indispensável o uso de tecnologia da informação para que esse acompanhamento fosse realizado de maneira mais fidedigna e tempestiva para com a prestação de contas do governo. O aperfeiçoamento dos procedimentos e técnicas de fiscalização, a modernização dos recursos de tecnologia da informação, a formação contínua de pessoal e a aquisição de novos equipamentos constituíram-se no alicerce das mudanças, (FIGUEIREDO, 2002).

2.2 Modelo de Administração Gerencial em Órgãos Públicos

Com a modernização das tecnologias em ambientes competitivos, como econômico, social, político e tecnológico, tornou-se necessária a implementação de

novas tecnologias para gerenciar e administrar tais organizações. Órgãos como o TCE/PB não ficaram de fora, tiveram que implementar em seus processos tais tecnologias, e para que tais mudanças tecnológicas fossem possíveis, tornou-se necessária uma mudança em seu modelo de trabalho. Mudanças essas de um modelo altamente burocrático, lento, com muitos empecilhos, as vezes tornando a informação obsoleta, por um modelo de trabalho que foque mais no lado gerencial.

A implantação do modelo de administração gerencial tem como prerrogativa de que os servidores públicos adotem durante o trabalho comportamentos e valores distintos daqueles do modelo de administração burocrático. O modelo gerencial pressupõe a adoção de políticas de pagamento por desempenho, através da meritocracia, do estímulo à maior competitividade, por incentivo ao desenvolvimento de competências gerenciais e inovações (FARO, 2010).

A incorporação de políticas de administração gerencial não garante, efetivamente, que o modelo de administração esteja se tornando gerencial. Um modelo de administração possui componentes formais – políticas, estruturas, normas etc. – e componentes informais determinados pelas práticas dos indivíduos (CHANLAT, 1996)

Os Tribunais de Contas, incluindo o TCE/PB, vêm trabalhando com o objetivo de melhorar o desempenho da administração pública, e não apenas focar em punir os administradores governamentais, assumindo o papel de introduzir a modernização das organizações fiscalizadas. Assim, a modernização se tornou imperativa para os Tribunais de Contas, tanto da União quanto dos Estados e Municípios, aonde desde 2001 vêm ocorrendo intervenções com o objetivo de concretizar a superação de seu modelo burocrático e a consequente aproximação das práticas gerenciais.

A conduta do agente público, em tal modelo de administração, deverá ser dirigida para a consecução do bem comum, e sob esta perspectiva se encontra sua interface com a cidadania, cujo conceito tem sido objeto de muitos estudos que indicam o surgimento de um novo conceito de cidadania (FIGUEIREDO, 2002).

2.3 Auditoria aplicada ao Setor Público

No contexto moderno, a auditoria interna assume um relevante papel social, na busca por avaliar o desempenho das políticas públicas, assumindo a missão de analisar resultados e trabalhar no sentido de proporcionar publicidade aos atos dos

gestores públicos. Os órgãos públicos, como o TCE/PB, alcançam a transparência de suas informações com maior facilidade quando têm o auxílio da auditoria, pois, segundo Alves e Reis (2006), a auditoria serve como um meio de identificar se todos os procedimentos internos, políticas definidas e a própria legislação estão sendo seguidos, e também constatar que os dados apresentados estão registrados de maneira fidedigna

No TCE/PB e outros órgãos públicos, a Auditoria nasce em resposta a necessidade de enfrentar a crescente corrupção que envolve a burocracia dos governos contemporâneos. “Prestar serviços e administrar os recursos do cidadão de maneira eficiente, econômica e eficaz, além da necessidade de fornecer instrumentos aos gestores públicos para demonstrar a transparência nos atos públicos, tem servido de base para o desenvolvimento da Auditoria de Gestão no campo do setor público” (GRATERON, 1999)

O papel de um Auditor, segundo Carvalho (2008) se dá pela verificação para constatar se as transações efetuadas por entidades (no passado) estão condizentes com os valores registrados e evidenciados nos demonstrativos contábeis, não tendo como foco uma análise prospectiva. Durante esse processo, os auditores utilizam ferramentas e técnicas as quais conseguem apontar se as informações apresentadas são verídicas, gerando mais credibilidade adquiridas através da emissão do parecer de auditoria que, segundo Gomes et al (2017) é um “documento no qual o auditor expressa sua opinião acerca dos resultados que encontrou durante todo o processo de exame de auditoria na entidade auditada, devendo ser claro, preciso, fidedigno e com um alto grau de confiabilidade.”

Grateron (1999) defende que “o Estado precisa de bons sistemas de informação, que garantam, de forma oportuna e eficaz, a segurança dos registros e transações efetuadas e informações dos atos”. O autor também destaca aspectos que suportam o desenvolvimento da Auditoria de Gestão no setor público, sendo o Estado, na distribuição de recursos precisam contar com sistemas de informações adequados para que possam exercer um controle sobre a captação/arrecadação e uso eficiente dos recursos.

Na administração pública, o papel da auditoria interna, segundo Gomes (2017) pode ser executado no âmbito do sistema de controle interno de cada órgão, exercendo a função de comprovar a legalidade, a avaliação dos resultados, quanto aos aspectos da economicidade, eficácia e eficiência da gestão pública. Assim sendo,

Marques e Almeida (2004) defendem que a administração pública e manejo dos bens têm de se pautar pelo rigoroso cumprimento dos requisitos legais necessários, incumbindo aos organismos de controlo essa verificação, devendo ter como objetivo principal de responder às exigências da sociedade moderna

Acerca das informações financeiras produzidas pelo TCE/PB, Lima e Diniz (2016) afirmam que essas informações financeiras “constituem a matéria-prima da análise financeira dos governos e representam o principal meio de satisfazer as necessidades dos seus diversos usuários.” Assim, o sistema contábil do TCE/PB deve ser sistematizado de maneira a alcançar esse objetivo de maneira integral. A condição financeira está relacionada com a capacidade do governo em cumprir com suas obrigações financeiras e fornecer continuamente bens e serviços públicos de qualidade à coletividade (LIMA; DINIZ, 2016)

2.4 Sistemas de Informações Gerenciais (SIG)

A tomada de decisão é considerada a função que caracteriza o desempenho da gerência. Independentemente do aspecto da decisão, Guimarães e Évora (2004) defendem que deve advir de um processo sistematizado, envolvendo um estudo do problema, através de um levantamento de dados para que se possa produzir informação para que sejam estabelecidas propostas para soluções dos problemas apontados, deixando viável a tomada da decisão e análise dos resultados a serem obtidos através dessa decisão.

A importância da posse e utilização de informação é um dos recursos cuja gestão e aproveitamentos estão diretamente relacionados com o sucesso almejado. De acordo com Moresi (2000), “a informação também é considerada e utilizada em muitas organizações como um fator estruturante e um instrumento de gestão.” Para Chaumier, 1986, a informação tem duas funções: a de conhecimento do ambiente que envolve a entidade (interno e externo) e como a entidade poderá atuar em tais ambientes.

O conceito de valor da informação segundo Padoveze (2000), está relacionado com a relação do benefício que pode ser gerado por uma informação quando confrontado com o custo para produzi-la, resultando na redução de incertezas e no aumento da qualidade no processo de tomada de decisão pelas empresas.

O estudo da estrutura da organização permite conhecer o processo de comunicação formal e informal, reconhecendo-o como meio pelo qual os indivíduos se relacionam dentro da organização e como é empregado para apoiar as decisões, visando ao alcance dos objetivos institucionais. Nestes ambientes, valores são agregados à informação, transformando-a em matéria-prima para o desenvolvimento do produto da instituição. Seu objetivo principal é a busca da tomada de decisão certa, no momento oportuno, com as pessoas apropriadas, a partir da informação adequada, com o menor custo possível. (GUIMARÃES; EVORA, 2004).

A atividade máxima de qualquer executivo, independentemente de seu posicionamento hierárquico em uma organização, é a tomada de decisão. O processo de transformação de dados em informações envolve a aplicação de procedimentos que incluem formatação, tradução, fusão, impressão e assim por diante. Ainda de acordo com Moresi (2000), quando os dados são transformados em informações, é possível refiná-las, tornando-as capazes de gerar detalhes adicionais acerca do problema, gerar novas hipóteses, mostrar consequências dessas hipóteses, sugerir soluções de problemas. Tudo isso para auxiliar o processo de tomada de decisão dos gestores.

No processo decisório, o diferencial para a tomada de decisão mais correta para a empresa pode estar na quantidade e qualidade das informações que estão em posse do gestor em determinado momento.

A disponibilidade da informação deverá satisfazer os seguintes requisitos básicos: a informação deve ser enviada à pessoa ou ao grupo certo, na hora certa e no local exato, e de maneira correta para compreensão dos receptores da informação.

Segundo Moresi (2000), em uma organização, suas principais preocupações devem envolver a busca e manutenção de informações que, de fato, serão relevantes para a organização, e para as informações que não são de interesse da organização, ela deve simplesmente evitar que haja desperdícios de recursos para a obtenção desse tipo de informação.

De acordo com Bazzotti e Garcia (2006), “o valor atribuído pelos gestores às informações depende dos resultados alcançados pela empresa. Os benefícios oferecidos pelas decisões acertadas, baseadas em informações valiosas representam o sucesso da empresa.”

Para Pereira e Fonseca (1997), os sistemas de informação têm por finalidade “... a captura e/ou a recuperação de dados e sua análise em função de um processo

de decisão. Envolvem, de modo geral, o decisor, o contexto, o objetivo da decisão e a estrutura de apresentação das informações”.

Para terem eficiência máxima, os sistemas de informação necessitam, segundo Pereira e Fonseca (1997), corresponder às seguintes expectativas:

- Atender as reais necessidades dos usuários;
- Estar centrados no usuário (cliente) e não no profissional que o criou;

Atender ao usuário com presteza;

- Apresentar custos compatíveis;
- Adaptar-se constantemente às novas tecnologias de informação;
- Estar alinhados com as estratégias de negócios da empresa

Stair (1998) defende que o propósito de um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) é de ajudar a entidade a alcançar as metas que foram estabelecidas previamente, fornecendo a gerentes os detalhes sobre suas operações regulares, de modo que esses gerentes consigam ter o controle de suas entidades, e que possam organizar e planejar com maior eficiência.

Os sistemas de informação gerencial devem ser projetados inserindo dados de origem interna e externa, as fontes externas advindo do relacionamento com fornecedores, acionistas, clientes e concorrentes, e as fontes internas estão relacionadas aos bancos de dados que são atualizados por captura e armazenamento dos dados resultantes da integração dos diversos sistemas que compõem a organização, entre eles, sistemas de finanças, sistemas de contabilidade, sistemas de recursos humanos, sistemas de venda e marketing. (BAZZOTTI; GARCIA, 2006)

Oliveira (2002) afirma que o SIG pode trazer os seguintes benefícios, alguns dos benefícios descritos por ele tem como alvo principal as empresas, porem podem ser observados ao serem aplicados no TCE/PB. Tais benefícios seriam:

- Redução dos custos das operações;
- Melhoria no acesso às informações, proporcionando relatórios mais precisos e rápidos;
- Melhoria na tomada de decisões, por meio do fornecimento de informações mais rápidas e precisas;
- Melhoria na estrutura organizacional, para facilitar o fluxo de informações;

Os relatórios do sistema de informação gerencial podem ajudar os administradores no que tange os aspectos de desenvolvimento de planos para melhorar a administração, assim como obter melhor controle sobre as operações da empresa, e tomar decisões acertadas.

Stair (1998), escreve que os relatórios advindos do sistema de informação gerencial incluem relatórios programados, relatório indicador de pontos críticos, relatórios sob solicitação e relatórios de exceção.

2.5 O SIG utilizado no processo de Auditoria do TCE/PB

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), desde 2017, vem passando por aperfeiçoamentos e mudanças no seu Sistema de Informações, mudanças essas que agilizam o trabalho de auditoria no Tribunal de Contas, onde houveram criações de programas de auditoria que agilizaram o trabalho dos auditores, tornando as informações mais tempestivas e fidedignas.

2.5.1 Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade (SAGRES)

O Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade (SAGRES) foi desenvolvido por técnicos do próprio TCE/PB, e segundo o cartilha do SAGRES online, distribuída pelo próprio TCE/PB, o sistema visa alcançar uma melhor utilização dos dados enviados pelos jurisdicionados.

Em 2002, o Tribunal lançou o Sagres on line, com o objetivo de divulgar e dar amplo acesso a sociedade, às informações de receitas e despesas do Governo do Estado e dos Municípios paraibanos. Principais vantagens do SAGRES:

- Apresentação dos balancetes em meio eletrônico, possibilitando a verificação da consistência dos dados recebidos;
- Padronização das informações encaminhadas pelos jurisdicionados;
- Transparência da gestão pública;
- Apoio ao controle interno municipal;
- Estímulo ao controle social;

Ainda segundo o TCE/PB (2017), seu funcionamento se baseia em coletar informações mensais de prefeituras e Câmaras Municipais, além de coletar despesas de Administrações Diretas e Indiretas do Governo do Estado, processando, analisando e sendo divulgadas para toda a sociedade em forma de relatórios, demonstrando dados da Execução Orçamentária, Licitações, contratos e Despesas com Pessoal, de forma que quem for utilizar tal informação conseguirá compreender aquilo que está sendo demonstrado, além de obedecer ao princípio da comparabilidade, e tendo livre controle sobre o acesso àquela informação fornecida.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba define o SAGRES como:

“Um aplicativo de apoio ao exercício do Controle Externo que tem como base a coleta mensal, a análise e a disponibilização para a sociedade de dados informatizados sobre execução orçamentária e financeira, licitações, contratos administrativos e informações de cadastros e folhas de pagamento de pessoal das unidades jurisdicionadas municipais.”

O sistema SAGRES, até 2017, era utilizado somente para a função de Prestação de Contas Anuais (PCA), tendo como objetivo a elaboração e o encaminhamento das prestações de Contas anuais. As PCA's utilizam os SIG, como o BI, para analisar e confrontar os dados informados pelos jurisdicionados na plataforma SAGRES com aqueles contidos em outras instituições (Receitas Federal e Estadual). Com isso, ocorre a checagem de informações para confirmar a sua fidedignidade. As PCA's também servem para orientar a gestão (através do processo de acompanhamento) em suas tomadas de decisões quanto à aplicação dos recursos públicos.

A partir de 2017 ocorreram grandes mudanças nos Sistemas de Informações do TCE/PB, com a criação do Departamento Especial de Auditoria (DEA) no mesmo ano. Além da criação do DEA, os Sistemas de Informações mudaram com a opção de Acompanhamento, função essa incorporada ao SAGRES, a criação dos Painéis e a criação do sistema de Business Intelligence (BI), com a utilização de Qlikview e Tableau, sendo ambas as empresas de software, focadas em ferramentas capazes de facilitar a visualização de dados interativos, assim como vistos nos Painéis do TCE/PB.

O DEA foi o departamento que ficou responsável por focar no processo do PCA dos anos de 2016 e 2017 nos municípios do Estado da Paraíba, servindo como Auditoria Operacional, focada em auditorias com temas específicos, sem poder

punitivo, verificando as incoerências e emitindo o chamado Relatório de Diagnóstico da Situação, onde irá apenas explicar onde estão as incoerências e como podem melhorar a situação, com o intuito de livrar os outros departamentos de Auditoria dessas funções mais específicas, para que possam prosseguir com o processo de Auditoria e manter os demonstrativos de modo cada vez mais tempestivo, sem haver acúmulo de trabalho que atrase a divulgação desses relatórios.

A partir de 2017, era realizado o Acompanhamento da Gestão de maneira trimestral, realizado pelas divisões restantes do TCE/PB através do sistema SAGRES. O SAGRES ficou com funções de avaliação de Despesa, com relação à função de governo, unidade orçamentária e elemento de despesa, avaliando o gasto e sua verificação é local, sempre observando a Lei nº 8666/93, referente à Lei de Licitação.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia de Pesquisa

Quanto ao Objetivo, foi realizada uma pesquisa explicativa, pois houve uma busca afim de explanar o fluxo de informações do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, desde a sua origem, passando pelo processamento até o resultado final com os relatórios, para a tomada de decisões da auditoria, além de explicações com mais detalhamento do emprego dessa ferramenta.

Em relação aos procedimentos teóricos, foi realizada como uma pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados materiais escritos disponíveis para realizar o trabalho, como livros, artigos, anais de congressos. Também se trata de uma pesquisa documental, pois se utiliza de matérias públicas sem tratamento analítico, como leis e resoluções.

Quanto à forma, foi realizado como um estudo de caso, visto que a monografia focou em descrever a utilização de sistemas de informações gerenciais em processos de auditoria no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, oferecendo informações sobre tal.

3.2 Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento do trabalho foi realizado por meio de leitura prévia de artigos que abordavam acerca dos SIG, do TCE/PB, de auditoria e gestão pública, além da busca realizada na literatura que tratassem dos mesmos tópicos. Foram consultadas as presentes legislações do TCE/PB, incluindo a própria Constituição da República Federativa do Brasil em vigência. Também foi realizada uma busca por informações nos portais do Governo Federal e do TCE/PB, além da procura de maiores informações acerca do funcionamento dos SIG utilizados no processo de auditoria dos municípios.

Para a análise, descrição e desenvolvimento da discussão, foram consultadas as normas, cartilhas e outros documentos disponibilizadas no próprio site do TCE/PB, porém não existe nenhuma institucionalização sobre a utilização dos SIG nos procedimentos de auditoria dos municípios. Na obtenção dessas informações, foi realizado uma solicitação por Informação mais detalhada sobre os processos de

auditoria e o funcionamento dos sistemas gerenciais utilizados para tal, por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), no próprio site do TCE/PB. Nessa solicitação foi requisitado informações sobre os procedimentos de auditoria e como os SIG auxiliavam os Auditores do Tribunal de Contas, o que permitiu coletar as informações para a construção da base de dados.

3.3 Delimitação do estudo

A pesquisa delimitou-se em colher informações sobre os Sistemas de Informação Gerencial em funcionamento desde o período de implementação em 2001 até o presente momento, 2018, sendo utilizados para auxílio no processo de auditoria pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Durante a análise de Normas, Resoluções e Cartilhas que o próprio TCE/PB disponibiliza, foi verificado que não existe institucionalização sobre a utilização do SIG no processo de Auditoria nesses materiais. Sendo assim, as informações obtidas para análise do trabalho foram obtidas por meio da resposta dada pelo Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), que constam no Anexo I.

O pressuposto básico dos SIG no TCE/PB é de auxiliar os auditores a atingir seus objetivos nos processos de fiscalização e de correta aplicação dos recursos públicos. O SIG, como recurso tecnológico, permite a captação de dados e informações contábeis das mais diversas entidades públicas do estado da Paraíba (Governo Estadual, Prefeituras, Câmaras Municipais e órgãos da administração indireta), e a disponibilização desses dados à auditoria do TCE/PB, o qual, pela intervenção de seu corpo de técnico de auditores, analisa e detecta irregularidades passíveis de recomendação, ajuste ou sanção (aplicação de penalidade de multa ou imputação de débito).

Com os SIG do TCE/PB, os auditores têm acesso a uma quantidade e qualidade das informações acerca das contas públicas que, sem esses sistemas, levaria muito mais tempo para conseguir obtê-las, podendo até mesmo passarem despercebidas e mesmo não ser possível obtê-las.

As informações obtidas em tempo hábil permitem que o processo de auditoria seja realizado de maneira mais eficaz pelos auditores, proporcionando a tomada de decisões sobre algum erro ou fraude percebidas durante a análise de relatórios elaborados e disponibilizadas por esses sistemas, possibilitando um melhor gerenciamento dos recursos disponíveis para corrigir tais incoerências da maneira mais eficiente possível, conforme explanado abaixo (Figura 1).

Figura 1: Fluxo do Sistema de Informações Gerenciais



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018

Os auditores do TCE/PB detêm funções como a guarda, o rastreamento e recuperação de dados, incluindo o tempo necessário à análise, emissão de pareceres e geração de relatórios de auditoria. Esses processos, até o exercício financeiro de 2001, eram bastante prejudicados, pela forma arcaica de encaminhamento, até então praticada por meio do uso de papéis, motivando, assim, a busca de novas alternativas para acelerar tais processos, surgindo daí a necessidade de investir em sistemas de informações que fossem capazes de tornar o trabalho de auditoria mais eficaz e célere, possibilitando uma divulgação mais fidedigna e de transparente.

O TCE/PB dispõe de várias ferramentas auxiliares para auditoria, dentre as quais, podemos destacar:

- SAGRES, utilizado para auxiliar o processo de auditoria;
- Painéis de Acompanhamento, utilizado para publicar resultados obtidos na auditoria por meio de dashboards;
- GeoPB, sendo esse Sistema designado a traçar um quadro geral de todas as obras em andamento nos municípios do Estado, evidenciando seus responsáveis e os prazos de entrega dessas obras;
- Sistema de Transmissão de Processos e Documentos (TRAMITA), sistema no qual contadores e advogados registrados podem consultar e receber informações sobre processos em andamento no TCE/PB;
- Mural de Licitações, onde são divulgadas as licitações dos municípios e do Estado, podendo ser fiscalizado todas as etapas das licitações pelo cidadão, e mantendo fornecedores informados dessas concorrências públicas, gerando melhores preços;
- Mural de Concursos, onde são publicados editais de provas e seus resultados, aumentando a divulgação e concorrência para cargos do serviço público

Dentre os Sistemas apresentados pelo TCE/PB, o sistema SAGRES é o sistema com maior grau de importância para o trabalho da Auditoria, sendo dividido em três módulos:

- Módulo Captura, o qual é fornecido gratuitamente pelo Tribunal aos jurisdicionados, onde é possível verificar a consistência dos dados e gerar, criptografar e travar os arquivos com as informações mensais a serem enviadas ao Tribunal;

- Módulo Carga, sendo este utilizado pelos funcionários da Divisão de Expediente e Comunicações do Tribunal, tendo como objetivo de receber, destravar, descriptografar e dar valor aos dados entregues pelo jurisdicionados;
- Módulo Auditor, sendo utilizado pelos Auditores de Contas Públicas do Tribunal para a análise das contas dos municípios paraibanos.

O SAGRES em seu módulo Captura é a ferramenta que permite a captura dos dados da execução orçamentária, licitações, obras e folha de pessoal dos jurisdicionados que devem enviar a prestação de contas públicas ao TCE/PB. Os órgãos públicos afetos à jurisdição informam ao TCE/PB todas as informações relativas à sua gestão. A partir de arquivos gerados pelo sistema de gestão do Ente Municipal, seguindo as prescrições de estruturas de arquivos, tem-se de forma mensal a prestação de informações ao TCE/PB através do sistema online SAGRES Captura. Essa prestação de informações, como exemplificado na Figura 2, destaca a captação de dados dos servidores acerca de sua identificação e cadastro no sistema, como Código da Unidade Gestora, CPF, RG, Sigla do Órgão Emissor, Nome Completo, Data de Nascimento, sexo e se o mesmo é portador de alguma deficiência.

Figura 2: Dados coletados pelo SAGRES Captura (acerca dos Servidores)

1. Servidores						
Esta tabela deverá conter as informações dos servidores efetivos, inativos, comissionados, contratados por excepcional interesse público, à disposição e eletivos.						
Periodicidade: Mensal						
Descrição do Campo	Chave	P. Inicial	P. Final	Tipo / Tamanho	Observação / Origem	Obrigatório
Código da Unidade Gestora	Sim	1	6	Númerico (6)	Cadastro de Unidade Gestora	Sim
Nº do CPF do servidor	Sim	7	17	Númerico (11)		Sim
RG do servidor	Não	18	32	Númerico (15)		Sim
Sigla do órgão emissor	Não	33	47	Caractere (15)		Sim
Nome completo do servidor	Não	48	107	Caractere (60)		Sim
Data de nascimento	Não	108	115	Númerico (8)	DDMMAAAA	Sim
Sexo	Não	116	116	Caractere (1)	M – Masculino F – Feminino	Sim
Portador de deficiência física	Não	117	117	Caractere (1)	S – Sim N – Não	Sim
RESERVADO AO TCE		118	123	Númerico (6)	= ZEROS	

Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2018

Os dados que são apresentados aos auditores refletem a contabilização efetuada pelas administrações e não incorporam quaisquer juízos de valor expedidos pelo Tribunal, podendo, pois, quando auditados pelo TCE/PB, sofrer modificações. As

informações financeiras acerca dos servidores, continuando o exemplo anterior, no que se refere as vantagens e descontos sobre os mesmos, fazem parte do processo que acarretará na prestação de contas mensal denominado de Balancete Contábil (figura 3)

Figura 3: Dados coletados pelo SAGRES Captura (acerca da Folha de Pagamento)

6. FolhaPagamento						
Esta tabela deverá conter as informações das vantagens e descontos dos servidores.						
Periodicidade: Mensal						
Descrição do Campo	Chave	P. Inicial	P. Final	Tipo / Tamanho	Observação / Origem	Obrigatório
Código da Unidade Gestora	Sim	1	6	Númerico (6)	Cadastro de Unidade Gestora	Sim
Nº do CPF do servidor	Sim	7	17	Númerico (11)	Tabela: SERVIDORES	Sim
Código do cargo, emprego e função	Sim	18	25	Númerico (8)	Tabela: CARGOS	Sim
Número da matrícula do servidor	Sim	26	40	Númerico (15)	Tabela: MATRICULAS	Sim
Mês e ano de referência	Sim	41	46	Númerico (6)	MMAAAA	Sim
Código da operação	Sim	47	47	Númerico (1)	0 – Vantagem 1 - Desconto	Sim
Código da vantagem ou desconto	Sim	48	53	Númerico (6)	Codigo_VantagensDescontos	Sim
Tipo de folha	Sim	54	54	Númerico (1)	0 – Normal 1 – 13º Sal. 2 – F. Extra 3 – F. Suplementar	Sim
Valor da vantagem ou desconto	Não	55	70	Númerico (16)		Sim
Código do agrupamento da Folha	Não	71	80	Caractere (10)	CodigoAgrupamentoFolhaPagamento	Sim
RESERVADO AO TCE		81	86	Númerico (6)	= ZEROS	

Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2018

O SAGRES Captura é alimentado pelos auditores do TCE/PB, seja quanto às suas prestações de contas, quanto a suas licitações, movimentações orçamentárias e financeiras. Estas informações são estruturadas em bancos de dados, extratores e relatórios que podem ser utilizados pelos responsáveis pela fiscalização antes, durante e depois das auditorias, seja para mensuração de riscos, fundamentação de achados, ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas às auditorias. Os dados manipulados no SAGRES Captura serão apresentados na plataforma SAGRES On Line, que trata da contabilização efetuada pelas administrações, submetendo-se à análise de consistência e validação, podem ser modificados quando auditados pelo TCE/PB.

O SAGRES On Line é uma ferramenta, disponível na página do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, para qualquer cidadão acompanhar a execução orçamentária do Estado e dos Municípios Paraibanos, bastando, para tanto, que possua ou tenha acesso a um computador conectado à internet, possibilitando a fiscalização da aplicação dos recursos públicos do estado e dos municípios, viabilizando o controle social, obedecendo o princípio da transparência, onde devem estar disponíveis as principais informações relativas à gestão pública fornecidas pelos respectivos gestores, sem que sobre ela haja emitido qualquer juízo de valor.

O SAGRES On Line permite ao usuário da informação a oportunidade de selecionar o município que deseja consultar informações sobre as contas públicas e as suas execuções orçamentárias, tendo acesso às Receitas do município, às suas despesas no confronto entre o montante que fora empenhado e o montante pago por aquele município (figura 4).

Figura 4: Despesa Orçamentária de João Pessoa pelo SAGRES

Mês	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)	Opções
	0,00	0,00	
Janeiro	5.201.166,48	5.201.166,48	
Fevereiro	6.980.307,48	4.593.653,32	
Março	5.150.053,05	5.315.023,18	
Abril	5.379.526,78	5.345.729,39	
Maio	4.757.671,91	5.143.130,78	
Junho	4.665.199,53	5.119.349,32	
Julho	4.803.684,70	4.939.387,23	
TOTAL	36.937.609,93	35.657.439,70	

Copyright © 2018 - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2018

O SAGRES ainda apresenta a possibilidade para o usuário da informação que optar por relatórios mais detalhados, referente a natureza, Função de Governo, Unidade orçamentária e Elemento (figura 5) do período desejado dessas despesas. O SAGRES também disponibiliza o detalhamento de Empenhos, Disponibilidades, Licitações, Obras, Pessoal e Credores do município em questão.

Figura 5: Elemento de Despesa de João Pessoa do período de Julho/2018

Elemento de Despesa		Período: Julho / 2018		
Código	Descrição	Empenho (R\$)	Pagamento (R\$)	Estorno (R\$)
01	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas	212.134,31	212.134,31	0,00
03	Pensões, Exclusive RGPS	112.182,18	112.182,18	0,00
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.081.572,95	3.080.302,93	0,00
13	Obrigações Patronais	598.633,26	610.393,14	0,00
14	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00
30	Material de Consumo	55.438,49	36.338,17	0,00
33	Passagens e Despesas de Locomoção	6.349,21	0,00	0,00
35	Serviços de Consultoria	4.500,00	4.500,00	0,00
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	57.140,00	60.120,00	0,00
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	677.598,49	823.416,50	1.864,19
52	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
TOTAL		4.805.548,89	4.939.387,23	1.864,19

Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2018

Até 2017, os Auditores do TCE/PB utilizavam em seus processos de auditoria apenas o SAGRES, sendo este, segundo o TCE/PB (2017), um programa pioneiro em todo país, criado pelo Tribunal de Contas da Paraíba e adotado por outros estados da Federação.

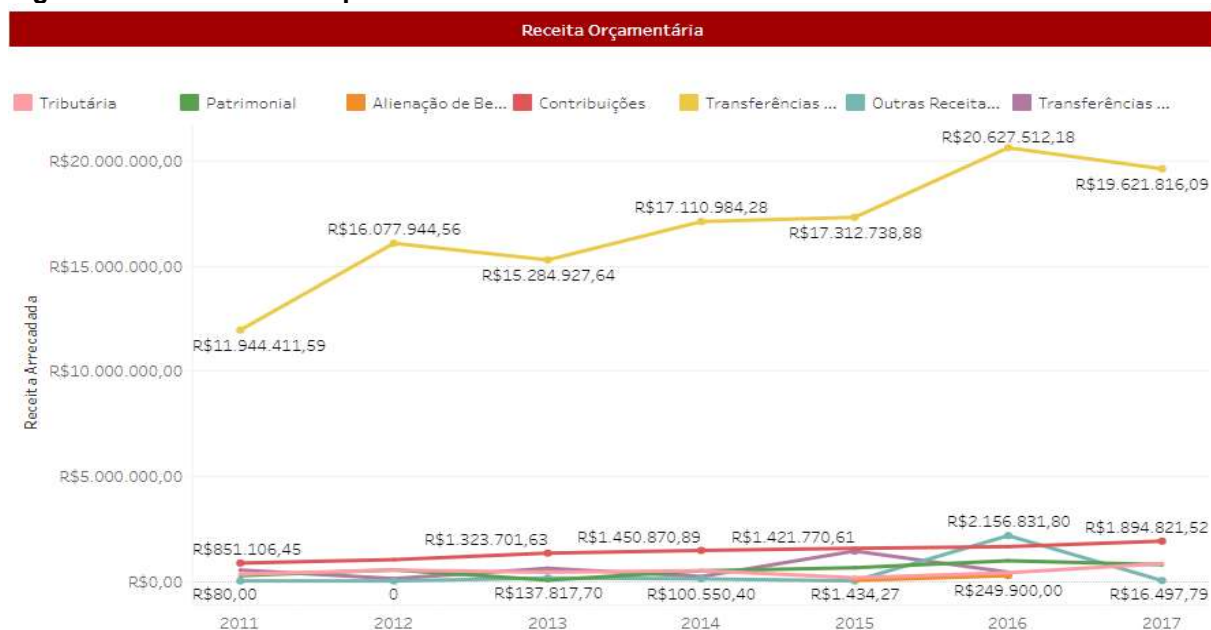
Atualmente, com o advento da Resolução TCE/PB nº 01/2017, houve uma modernização no processo de análise da PCA, a qual passa a ser analisada como processo de acompanhamento ao longo de todo o exercício, com emissão de relatórios quadrimestrais ou semestrais, tudo com base nas informações capturadas pelos SAGRES e encaminhadas pelos balancetes mensais.

Essa medida deu agilidade no processo de fiscalização, que antes era realizado com um atraso médio de 2 anos entre a entrega e análise da PCA, devido à falta de tecnologia para processar informação de maneira mais veloz e fidedigna, e também pelo volume de informação pelo atraso da entrega dessas informações.

A partir desse momento, O TCE/PB passou a investir na utilização de dashboards, sendo esses os instrumentos que permitiriam aos auditores ter acesso, de forma sistemática, à informação mais relevante sobre a performance organizacional, capazes de melhorar a visibilidade dos dados fornecidos pelo SAGRES, permitindo aos auditores detectarem ainda mais rápido se ocorreu alguma

distorção através da utilização de gráficos. Tendo como base isso, em 2017, o TCE/PB apresenta e disponibiliza as informações nos Painéis de Acompanhamento (Figura 6).

Figura 6: Painéis de Acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2018

Esses Painéis de Acompanhamento são ferramentas pioneiras de criação do TCE/PB, cuja função é de fornecer gráficos e tabelas sobre a situação das contas do Governo Estadual e Municipal, onde esses gráficos e tabelas oferecem indícios de que podem ocorrer irregularidades com os registros e com as transações e aplicações de recursos.

Segundo o TCE/PB, os Painéis de Acompanhamento são uma plataforma de visões dinâmicas, baseando-se em linguagem estatística computacional, e desenvolvida através de *Business Intelligence* em código-aberto, mantido por pesquisadores.

Os painéis de acompanhamento também oferecem dados acerca de Transparência, Combustíveis, Medicamentos, Preços Públicos, Acumulação de Vínculos Públicos, Licitantes 100% perdedores, além da evolução de receitas e despesas a nível municipal e estadual.

Os Painéis são alimentados por diversas bases de dados que, segundo o TCE/PB, são alimentadas através da Receita Estadual da Paraíba, com as Notas Fiscais Eletrônicas (NFe); através do próprio TCE/PB, com os dados financeiros do

sistema SAGRES e o (TRAMITA), além da Receita Federal, com a Base cadastral dos contribuintes e, por fim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a Comissão Nacional de Classificação e a Divisão Territorial do Brasil. Tais dados são processados e analisados a partir de modelos estatísticos de aprendizagem de máquina.

Com a implementação dos Painéis de Acompanhamento, se tornou mais interativo e intuitivo, tanto para os auditores quanto para o cidadão comum que decidir visitar a plataforma dos Painéis para obter informações sobre a realidade da execução orçamentária, identificar e analisar os dados demonstrados nos Painéis de Acompanhamento, como a sua composição, as subdivisões que compõem o aspecto no qual se busca verificar, a sua taxa de variação, seja crescente ou decrescente, e a sua proporção em relação ao valor total a ser verificado, como demonstrado na figura 7.

Figura 7 – Painéis de Acompanhamento detalhando as mutações durante os períodos.



Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2018

Por meio da implementação dos Painéis, ficou ainda mais rápida a identificação de erro ou fraude, tanto pelos Auditores quanto pelos cidadãos, uma vez que os Painéis, ao notarem uma mudança drástica de um período em relação ao outro,

emitem um aviso de alerta, identificando uma anormalidade presente nas demonstrações, pedindo para que seja verificada tal ocorrência por meio da auditoria para verificar se tal mudança, de fato, ocorreu ou se é resultante de erro ou fraude, instigando ao auditor a resolução de tal problema.

5. CONCLUSÃO

Com o presente trabalho foi possível verificar a importância que os Sistemas de Informações Gerenciais proporcionam para órgãos públicos, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, ao agilizar todo o processo de auditoria, tornando possível uma informação mais fidedigna e em tempo mais ágil para que os auditores possam detectar possíveis erros e fraudes e, assim, possam tomar decisões de como proceder para agir em tais problemas, uma vez encontrado discordância.

A monografia permitiu concluir que os Sistemas de Informações Gerenciais são ferramentas indispensáveis, quando o assunto é fidedignidade e tempestividade de informações demonstradas, se caracterizando como um instrumento de vantagem para o processo de auditoria.

O trabalho descreveu a utilização dos Sistemas de Informações Gerenciais nos processos de auditoria de contas públicas em municípios paraibanos pelo TCE/PB, através da captação de informações fornecidas pelo Governo Estadual, Prefeituras, Câmaras Municipais e órgãos da administração indireta, sendo processadas pelos auditores através do sistema SAGRES, em seu módulo Auditoria, com posterior divulgação em relatórios elaborados pelo SAGRES, e em dashboards expostos pelos Painéis de Acompanhamento.

A monografia também permitiu identificar as ferramentas auxiliares dos auditores no TCE/PB, como o SAGRES, Painéis, TRAMITA, GeoPB, Mural de Licitações e de Concursos. Também foi possível apresentar como tais sistemas apoiam o processo de tomada de decisão na entidade, ao apresentar dados aos jurisdicionados sobre a verdadeira situação da execução orçamentária dos municípios paraibanos. O trabalho também obteve sucesso em compreender como esses sistemas viabilizam o controle social, através da ferramenta SAGRES On Line.

O trabalho permitiu um conhecimento mais abrangente do tema, no que se refere aos Sistemas de Informações Gerenciais utilizados na auditoria pelos Tribunais de Contas, uma vez que não se encontrou na literatura um trabalho que abrangesse o uso dos SIG nas auditorias do TCE ou do próprio TCU, havendo apenas trabalhos abrangendo o SIG em empresas ou outros focando na parte operacional e na gestão dos Tribunais de Contas .

As limitações apresentadas foram mais relacionadas ao tempo para a produção da pesquisa, não permitindo a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os

auditores do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, afim de se obter informações mais detalhadas sobre o processo de auditoria e sobre o julgamento profissional. Além disso, a impossibilidade do acesso a mais sistemas do TCE/PB, permitindo trabalhar apenas com o SAGRES e os Painéis de Acompanhamento, uma vez que o programa TRAMITA, também utilizado no processo de auditoria, é um sistema de uso interno, onde só pessoal autorizado pode ter acesso, podendo ser liberado para universitários acompanhados de um auditor, com prévia requisição do orientador ao TCE/PB, para ter acesso aos procedimentos internos que alimentam esse sistema.

Futuros trabalhos devem ser realizados abordando esse tema, através de entrevistas personalizadas e semiestruturadas com auditores do Tribunal de Contas, objetivando informações de sistemas de uso interno, que necessitam de autorização prévia, os quais podem vir a fornecer informações relevantes adicionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Lilian Zucareli Sousa; REIS, Jorge Augusto Gonçalves dos. **AUDITORIA INTERNA NO SETOR PÚBLICO**. IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba

BAZZOTTI, Cristiane; GARCIA, Elias. **A importância do Sistema de Informação Gerencial na gestão Empresarial para tomada de decisões**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 6, n. 11, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Cartilha de orientações sobre controle interno**. Disponível em: <http://tce.pb.gov.br/publicacoes/publicacoes-1/manual-de-orientacoes-aos-presidentes-de-camaras-ano-2017/cartilha-de-orientacoes-sobre-controle-interno.pdf> Acesso em 28 set. 2018

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Layout da Folha de Pagamento e Tabelas Internas**. Disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/arquivos/sagrescaptura2018_layoutarquivos_tabelasinternas_v_0207.pdf Acesso em 09 out. 2018

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Layout dos Arquivos e Tabelas Internas v02.07**. Disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/arquivos/sagrescaptura_folha_2017_layoutarquivos_v0101.pdf Acesso em 09 out. 2018

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **RESOLUÇÃO NORMATIVA RN-TC Nº 01/2017**. Diário Oficial em 27/01/2017

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **SAGRES CAPTURA**. Disponível em: <http://tce.pb.gov.br/servicos/sagres-captura> Acesso em 09 out. 2018

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **SAGRES Online**. Disponível em: <http://tce.pb.gov.br/sagres-online> Acesso em: 15 jul. 18

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **SAGRES Online: Um instrumento de controle social.** Disponível em: http://tce.pb.gov.br/publicacoes/publicacoes-1/cartilha-sagres-on-line-2015/sagres_online_2015_cartilha.pdf Acesso em 28 set. 2018

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **TCE/PB LANÇA PAINÉIS QUE ORIENTAM COMPRAS PÚBLICAS DE REMÉDIOS, COMBUSTÍVEIS E ALIMENTOS.** Disponível em: <<http://tce.pb.gov.br/noticias/TCE/PB-lanca-paineis-que-orientam-compras-publicas-de-medicamentos-combustiveis-e-alimentos>> Acesso em 05 ago 2018

CARVALHO, José Carlos Oliveira de. **Auditoria Geral e Pública.** 2ª ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

CHANLAT, Jean François. O ser humano, um simbólico. In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas.** São Paulo: Atlas, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

FARO, Eduardo Soares da Costa; AMORIM, Maria Cristina Sanches; TREVISAN, Leonardo; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Âncoras de carreira e transformações no modelo de administração: estudo de caso do Tribunal de Contas da União (TCU).** CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 4, artigo 9, Rio de Janeiro, Dez 2010

FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício C.. **Ética na gestão Pública e exercício da cidadania: o papel dos tribunais de contas brasileiros como agências de accountability. O caso do Tribunal de Contas de Pernambuco.** VII Congresso Internacional el CLAD sobre la Reforma dl Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Out. 2002

GARCIA, Elias; GARCIA, Osmarina Pedro Garcia. **A importância do sistema de informação gerencial para a gestão empresarial.** Revista Ciências Sociais em Perspectiva, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, Cascavel, v.2 , n.1, p. 21-32, 1 sem. 2003.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** 15 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010

GOMES, Tábata de Oliveira; DOURADO, Sabrina da Silva et al. Administração pública direcionada à auditoria pública. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5071, 20 maio 2017.

Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57365>>. Acesso em: 27 set. 2018.

GUIMARÃES, Eliane Marina Palhares; ÉVORA, Yolanda Dora Martinez. **Sistema de informação: instrumento para tomada de decisão no exercício da gerência**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 1, p. 72-80, jan./abril 2004

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. **Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público**. Cad. estud., São Paulo, n. 21, p. 01-18, Aug. 1999.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josediton Alves. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental**. 1 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2016

MARQUES, Maria da Conceição da Costa; ALMEIDA, José Joaquim Marques de. **Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública**. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 15, n. 35, p. 84-95, Aug. 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informação gerenciais: estratégias, táticas, operacionais**. 8. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque e sistemas de informação contábil**. – São Paulo: Atlas, 1997

PEREIRA, Maria José Lara de Bretãs; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da Decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

REZENDE, F. C. Tendências da gestão pública nos países da OCDE. In: LEVY, E.; DRAGO, P. A. (Org.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundap/Casa Civil, 2005.

SILVA, Vanderléia Aparecida da; OLIVEIRA, Carlos Edinei de et al. **A profissão do auditor e o perito contábil na visão dos acadêmicos concluintes do curso de ciências contábeis de universidade pública e privada de Tangará da Serra/MT**. Revista UNEMAT de Contabilidade, Volume 3, Número 6 Jul./Dez. 2014

STAIR, Ralph. **Princípios de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1998

ANEXO I – Resposta do Sistema de Informação ao Cidadão - SIC

Prezado(a) Lucas Medeiros Cavalcante Leite,

Agradecemos seu contato. Quanto aos sistemas utilizados pelo TCE/PB para auxílio no exercício de suas atribuições constitucionais, podemos dividi-los de forma simplificada em dois grupos: os sistemas utilizados para captação e estruturação dos dados encaminhados pelos jurisdicionados do TCE/PB, e os sistemas utilizados para a elaboração dos relatórios de auditoria propriamente ditos

O Tribunal de Contas dispõe de várias ferramentas, dentre as quais, podemos relacionar o Nosso TCE, Sagres, Painéis, GeoPB, TRAMITA, Mural de Licitações, Mural de Concursos entre outros. Podemos dizer que o mais importante delas é o SAGRES. Por esse sistema, o Gestor informa ao Tribunal, através do Sagres Captura, todas as informações relativas à sua gestão, onde os dados são compilados para o Sagres Auditor, gerando informações para o Sagres Relatório para subsidiar os processos(eletrônicos) de Acompanhamento da Gestão e da Prestação de Contas Anuais. Informamos, ainda, que as ferramentas estão disponíveis em nosso Portal TCE (tce.pb.gov.br).

Todos os sistemas mencionados acima são alimentados pelos jurisdicionados deste Tribunal, seja quanto às suas prestações de contas, quanto a suas licitações, movimentação orçamentárias e financeira, etc, e estas informações são estruturadas em bancos de dados, extratores e relatórios que podem ser utilizados pelos responsáveis pela fiscalização antes, durante e depois das auditorias, seja para mensuração de riscos, fundamentação de achados, ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas às auditorias.

O Governo Estadual, Prefeituras, Câmaras Municipais e órgãos da administração indireta informam ao TCE/PB, através do SAGRES Captura, todas as informações relativas à sua gestão, onde os dados são compilados para o Sagres Auditor, gerando informações para o Sagres Relatório para subsidiar os processos (eletrônicos) de Acompanhamento da Gestão e da Prestação de Contas Anuais (PCA's). A auditora utiliza do SAGRES Captura, pela intervenção de seu corpo de

técnico de auditores, analisando e detectando irregularidades passíveis de recomendação, ajuste ou sanção (aplicação de penalidade de multa ou imputação de débito).

Relevante mencionar que a autenticidade dos dados fornecidos pelos sistemas acima também é objeto de análise e fiscalização por esta Corte de Contas, a fim de garantir que as informações encaminhadas pelos jurisdicionados por meio de qualquer destes sistemas sejam úteis e condizentes com a realidade.

Em 2017, instituiu-se os Painéis de Acompanhamento, que são uma plataforma de visões dinâmicas, oferecendo dados sobre Transparência, Combustíveis, Medicamentos, Preços Públicos, Acumulação de Vínculos Públicos, Licitantes 100% perdedores, além da evolução de receitas e despesas. Os Painéis são alimentadas através da Receita Estadual da Paraíba, com as Notas Fiscais Eletrônicas, o TCE/PB, com os dados financeiros do sistema SAGRES e o TRAMITA, a Receita Federal, com a Base cadastral dos contribuintes e, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a Comissão Nacional de Classificação e a Divisão Territorial do Brasil

Desta forma, a Ouvidoria manifesta-se no sentido de conceder o imediato acesso à informação disponível, conforme aduz o Art. 11, caput, da Lei 12.527/11.

João Pessoa, 25 de julho de 2018.